



Entre Bordéis e Jornais: Análise dos Embates Morais da Prostituição em Bauru entre os anos de 1960 e 1970

Between Brothels and Newspapers: Analysis of the Moral Clashes of Prostitution in Bauru between the 1960s and 1970s

Marieli de Souza¹

Resumo

O presente trabalho analisa a prostituição no interior de São Paulo, com enfoque na cidade Bauru entre as décadas de 1960 e 1970. Por meio do periódico o “Jornal da Cidade”, tem como problemática analisar o posicionamento e as representações da imprensa regional sobre o meretrício na cidade de Bauru. Busca-se averiguar os estereótipos atribuídos à venda sexual e ao modo como essa era encarada pela comunidade conservadora paulista e bauruense, visto que entre as décadas 1960 e 1970 a zona de meretrício era vista como um “mal para moralidade”, na qual repercutia ações desmoralizantes ao caráter do indivíduo e de sua família. Para averiguar a mentalidade dos bauruenses dos anos de 1960 e 1970, utilizou-se da análise sequencial de periódicos como “O Estado de São Paulo” e “Correio Paulistano” das décadas de 1950 a 1970, e em particular as notícias disponíveis no Jornal da Cidade. Também se usou de abordagens historiográficas a que incluem monografias, artigos científicos, teses uma edição da revista “Realidade”, de 1966, juntamente com documentos legislativos e entrevistas apresentadas em monografias especializadas sobre o tema da prostituição. Nesse cenário, fornece-se um olhar crítico sobre a influência da imprensa, das crenças culturais e das atitudes sociais na perpetuação de estigmas voltados à prostituição, destacando a importância de repensar os valores que moldam a moral coletiva no município.

Palavras-Chave: Prostituição; Embates Morais; Bauru; Jornal da Cidade.

Abstract

This paper analyzes prostitution in the interior of São Paulo, focusing on the city of Bauru between the 1960s and 1970s. Through the periodical "Jornal da Cidade", its problem is to analyze the positioning and representations of the regional press about the harlot in the city of Bauru. It seeks to investigate the stereotypes attributed to sexual selling and the way it was seen by the conservative community of São Paulo and Bauru, since between

¹ Graduanda do 4º ano de História do Unisagrado. Artigo realizado sob a orientação dos Graduanda do 4º ano de curso de História pelo UNISAGRADO, Bauru-SP. Artigo realizado para as disciplinas de História Contemporânea e Metodologia de Pesquisa em História, sob a orientação da Profª Drª Lourdes M. C. Feitosa e do Profº Drº Roger M. M. Gomes.



the 1960s and 1970s the zone of prostitution was seen as an "evil for morality", in which demoralizing actions to the character of the individual and his family had repercussions. In order to ascertain the mentality of the people of Bauru in the 1960s and 1970s, we used the sequential analysis of periodicals such as "O Estado de São Paulo" and "Correio Paulistano" from the 1950s to the 1970s, and in particular the news available in the *Jornal da Cidade*. It also used historiographical approaches, which include monographs, scientific articles, theses, and a 1966 edition of the magazine "Realidade", along with legislative documents and interviews presented in specialized monographs on the subject of prostitution. In this scenario, a critical look at the influence of the press, cultural beliefs and social attitudes in the perpetuation of stigmas towards prostitution is provided, highlighting the importance of rethinking the values that shape collective morality in the municipality.

Keywords: Prostitution; Moral Clashes; Bauru; City Newspaper.

Introdução

A prostituição é uma esfera social abrangente, seu ambiente varia entre bordéis de luxo até as beiras de rodovias; ao existir a reunião de alugar o corpo, jogos sexuais e a ausência de amor, há prostituição (Lagenest, 1973). Segundo o Congresso Nacional com Projeto de lei nº 4.211 (2012), considera-se prostituição quando maiores de 18 anos, por livre vontade e mediante a remuneração ou vantagem, utilizam-se do próprio corpo para exercer o comércio sexual.

O termo usual para denominar a profissional do sexo é "prostituta", utilizado para se referir a mulher envolvida na venda de serviços sexuais em troca de dinheiro. Entretanto, há uma variedade nas experiências dessas profissionais, cuja possibilidades contemporâneas ultrapassam os limites do convencional caracterizado pela simples transação monetária em troca de serviços sexuais. A complexidade dessas dinâmicas inclui uma diversidade de fatores psicossociais, de interesses pessoais, culturais e econômicos que influenciam as interações entre as profissionais do sexo ou acompanhante com seus clientes (Verson; Pedro, 2013).

A diversidade na ocupação dos profissionais do sexo resulta da multiplicidade de contextos econômicos, culturais e sociais que influenciam a experiência das prostitutas, juntamente com suas motivações individuais. Essa diversidade se manifesta em diversas



vertentes que abarcam desde a escolha da prostituição voluntária como um empreendimento independente a associação com comissões em bordéis.

Um segmento comum da profissão é a participação em plataformas online e aplicativos dedicados ao trabalho sexual, bem como a prestação de serviços como acompanhantes de luxo. Há também um grupo de profissionais destinadas a oferta de massagens sensuais, a especialização em práticas de dominação e submissão, e a exploração do universo BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo) (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo) (Guimarães, 2007).

Cada modalidade exhibe particularidades distintas, refletindo a complexidade das interações interpessoais e das dinâmicas econômicas na sociedade atual (Verdon e Pedro, 2013). Conforme sustentado por Machado (2017), é preciso que a sociedade reavalie essas práticas de forma crítica, sem a contaminação de estereótipos e preconceitos, levando em consideração as motivações individuais das profissionais do sexo, bem como os desafios legais e éticos a elas associados, além dos impactos culturais e sociais que podem advir dessas atividades.

A diversidade da temática abrange também uma ampla variação lexical quando se trata de descrever o ofício. O termo prostituta, apesar de mais popular, é apenas mais uma forma de designar a profissão (Sanches; Razky, 2015). Essa diversidade de termos utilizados para se referir a uma mulher que vende seu corpo por dinheiro não apenas reflete a pluralidade linguística, mas também revela nuances simbólicas e sociais presentes na sociedade.

Nesse sentido, essa variação terminológica demonstra a exploração do contexto histórico, sociológico e antropológico por trás desses usos linguísticos, a fim de compreender melhor as percepções, estigmas e normas sociais associadas a essa atividade. Adriana Cristianini (2007) apresenta as variações semânticas-lexicais na Região da grande ABC, São Paulo; o item lexical prostituto teve registrado 11 variantes: prostituta, vagabunda, mulher de programa, piranha, mulher da vida, galinha, meretriz, mulher safada, mundana, quenga e puta.



Segundo a pesquisa de Cristianini (2007), o termo popularizado foi “prostituta”, seguido de “vagabunda” e “puta”. O uso das lexias varia entre as faixas-etárias e gêneros, entretanto a:

[...] lexia “prostituta” apresenta-se com alta frequência e, além disso, como observamos no “Cartograma 142- PROSTITUA”, essa lexia tem distribuição regular e está presente em todos os pontos da pesquisa. Portanto, a lexia “prostituta” constitui-se em norma da região do Grande ABC (Cristianini, 2000, p. 270).

No entanto, a palavra prostituta, bem como a maioria de suas variações lexicais carregam estigmas e preconceitos históricos associados à marginalização, criminalização e a desumanização das trabalhadoras sexuais, perpetuando um genérico conhecimento sobre a venda do sexo (Machado, 2017). Nesse âmbito, muito do preconceito acopla-se às concepções morais da sociedade, e coloca a prostituição como socialmente inaceitável.

Esse preconceito resulta violência física e moral, falta de acesso a serviços básicos, discriminações de instituições educacionais e empregatícias, além de falta de amparo comunitário a essas trabalhadoras. Outros termos menos preconceituosos veem sendo utilizados em prol do combate ao preconceito e a discriminação da profissão, como o “profissional do sexo” e “garota de programa”, os quais buscam desassociar a atividade de prostituição dos estigmas negativos e da visão tradicional de exploração do trabalho sexual (Rebonatto *et al.*, 2021).

As variações do termo refletem a complexidade das questões sociais e políticas envolvidas no ofício da venda sexual, e tem como destaque a importância de um diálogo mais inclusivo sobre o tema, buscando garantir direitos e proteção para todas as pessoas envolvidas nessa atividade.

Ainda assim, segundo a pesquisa realizada por Pazzani (2013) com garotas de programa que trabalham em boates de luxo, bares e nos pontos públicos do meretrício nas ruas da cidade de São Carlos, aponta que as protagonistas da noite não se envergonham com a denominação prostituta, ou outras lexias tidas como ofensivas. Para as mesmas, esses termos representam sua identidade, o que interfere é o modo agressivo e as presunçosas contextualizações usadas contra a profissão.



Profissionais de São Carlos relatam que o termo "prostituta" não é comumente empregado em seu convívio, pois compartilham a comercialização de seus corpos como uma faceta de sua atividade profissional, muitas vezes evitando sua menção. Essas mulheres afirmam que a terminologia é frequentemente utilizada por indivíduos que não estão familiarizados com os ambientes de prostituição ou por clientes, dependendo do contexto social em que se encontram. Isso reflete uma visão persistente da prostituição como um tema tabu.

Como consequência das estigmatizações, as prostitutas são acometidas por violências e preconceito, sendo excluídas socialmente e reconhecidas como as mulheres “sórdidas” do ambiente em que vivem, de tal modo a tornar a profissão ainda mais custosa e isoladora. Entretanto, é preciso evidenciar os contextos sociais que esses levantamentos acerca da profissão mais antiga do mundo foram empregados, evidenciar a mentalidade e interesses das pessoas e meios de comunicação que propagam esse estereótipo sobre o tema.

Ao analisar a mentalidade dos paulistanos e bauruenses dos anos de 1960 e 1970, averiguando como a prostituição e suas profissionais eram retratadas na imprensa, ainda mais, como as mesmas eram vistas pela sociedade bauruense por intermédio dos periódicos, faz-se possível compreender a atual situação da temática e de forma mais compassiva estruturar o princípio de igualdade entre as pessoas, e este deve percorrer em qualquer atitude que se contraponha a venda sexual, com exceção no desenvolvimento da prática em sua forma escravagista.

O Comércio Sexual nos Jornais Paulistas

Esta pesquisa tem como objetivo a análise do posicionamento e das representações da imprensa sobre os prostíbulos e dos profissionais do sexo na cidade de Bauru/São Paulo entre os anos de 1960 e 1970. Tal interesse decorre do posicionamento e expansão da zona de meretrício na referida cidade, com o estabelecimento e subsequente ascensão do bordel conhecido como “Casa da Eny”. Essa expansão, gera um aumento na veiculação do tema, em jornais e no cotidiano da população de Bauru e região.



Nesse sentido, o escopo da pesquisa consiste em investigar o funcionamento da prostituição no contexto do interior paulista nas décadas mencionadas, com ênfase na localidade de Bauru, analisando a forma como a prostituição foi percebida pelos habitantes de Bauru, e investigando suas repercussões na concepção de moralidade na região.

Para tal análise, o trabalho centra-se em fontes primárias provenientes do “Jornal da Cidade”, da cidade de Bauru, que abordam artigos e perspectivas de homens populares sobre a prostituição no Município. Segundo o Jornal da Cidade (2017), a postura do jornal abordado e de transparência “O JC foi previsto com o propósito de promover a liberdade e a disposição para efetuar mudanças, evidenciado, entre outros comportamentos, pela nomeação de Franciscato ao jornalista Nilson Costa” (Jornal da idade, 2017, p. 01).

Nos artigos jornalísticos analisados estão “Eny também votava” de escrita por Aguiar e publicada em 23 de dezembro de 2005, o qual aborda eventos históricos vinculados à figura de Eny e seu envolvimento político. Ademais, usa-se o artigo “Tombar a casa da Eny?... Devem, mesmo!” de Pasquarelo (2006), que discute os malefícios do tombamento da Casa da Eny, visto a má reputação que o ambiente possuía para muitos moradores da região, publicado em 27 de julho de 2006.

O trabalho também incorpora a análise da contribuição de Silva (2006) “Casa da Eny”, publicado em 23 de setembro de 2006, em que oferece perspectivas adicionais sobre a importância da casa de Eny no contexto local. Adicionalmente, utiliza-se o artigo intitulado “Morre Eny. E com ela vão os segredos” sem autor definido publicado dia 25 de agosto de 1987, e o anúncio da missa de 30º dia de falecimento de Eny, publicado em 24 de setembro de 1987. Ambas as publicações apresentam uma visão humanizada e caridosa da figura da prostituta.

Para embasar esta investigação, utiliza-se uma base bibliográfica composta por monografias, artigos científicos, teses, bem como periódicos de relevância, como “O Estado de São Paulo” e “Correio Paulistano” das décadas de 1950 a 1970, e a revista “Realidade” de 1966 além de documentos legislativos e entrevistas presentes em não está no Resumo monografias dedicadas ao estudo da prostituição.



Neste contexto, merecem destaque os trabalhos de Lucius de Mello, um jornalista que realizou uma profunda investigação sobre o cotidiano dos prostíbulos na cidade de Bauru, com especial enfoque na figura de Eny Cezarino, proprietária de um dos mais famosos bordéis do Brasil, um “Casa da Eny”. Também se considera as contribuições do frade Jean Pierre Barruel de Lagenest, cujas produções abordam a prostituição na época em análise, bem como as perspectivas das prostitutas sobre o seu trabalho.

Adicionalmente, os ensaios de Maria Lúcia Biem Neuber, nativa de Bauru, foram cruciais para compreender a trajetória histórica da zona do meretrício na cidade, abrangendo o período entre os anos de 1940 e 1970. A metodologia deste estudo fundamenta-se a análise sequencial das notícias veiculadas nos periódicos referenciados em relação à prostituição. Tal abordagem visa não apenas identificar as representações da prostituição na imprensa da época, mas também evidenciar as mentalidades e os interesses das pessoas e os meios de comunicação que se dedicam a explorar esse tema sensível.

A prática convencional da prostituição nas décadas de 1960 e 1970 em Bauru era descrita pela abordagem "tradicional", na qual uma mulher, de maneira voluntária, trocava favores sexuais por recursos financeiros, quer fosse com ou sem intermediários. Esta vertente da prostituição torna-se o foco principal da pesquisa devido à sua prevalência na época. Isso desencadeia um debate tanto social quanto jornalístico sobre a moralidade dos profissionais envolvidos e os impactos negativos que essa prática poderia ter na comunidade.

A Imoralidade da Prostituição Brasileira

No Brasil, a prostituição surge a partir da colonização portuguesa. Com a instalação portuguesa, o território adquiri características semelhantes à da Europa, uma sociedade patriarcal, com uma divisão de classe regida na importância social do indivíduo, bem como a presença da tradicional família cristã ocidental, a propriedade privada e, por consequência, a prostituição (Teles, 2003). Nesse cenário, a situação das mulheres agrava-se devido à educação cristã que propunha uma mulher e esposa tímida,



ignorante e submissa, pois “[...] os pensamentos que transmitia eram os mesmo que aprendera: tradicionais, conservadores e atrasados” (Teles, 2003, p. 20).

Segundo os princípios da moral cristã da época, não cabia às “mulheres de bem” ter poder sobre seu próprio corpo ou vida sexual ativa. Essas deviam relacionar-se sexualmente exclusivamente com os maridos com a intenção de gerar filhos (Oliveira; Rezende; Gonçalves, 2018). O papel de saciar os desejos carnis dos homens cabia às mulheres marginalizadas, como as indígenas e, posteriormente, às negras escravizadas e prostitutas. As prostitutas brancas, além do papel de venda sexual, eram preferíveis ao olhar conservador da Igreja, visto que impedia a miscigenação no território (Machado, 2017).

A dualidade da prostituição coloca-se em voga nesse cenário, o qual o meretrício auxilia os desejos carnis e o fortalecimento do domínio branco na Colônia, ao mesmo tempo em que sofre condenação pela moral cristã, a qual estigmatiza a meretriz e a considera uma ameaça à preservação da família tradicional. O discurso de dualidade da prostituição permaneceu em pauta na sociedade brasileiro, atingindo seu ápice no começo do século XX.

Segundo a historiadora Margareth Rago (1991), a expansão do comércio do prazer e a crescente sofisticação da prostituição resultaram em reações moralistas na população, envolvendo chefes de polícia e a imprensa na vigilância e pressão contra a prostituição, bem como a união de juristas, criminologistas e médicos para definir medidas do combate e intervenção no mundo da venda do sexo:

Inúmeras reportagens à imprensa, decretos oficiais de fiscalização dos hotéis e tavernas, artigos que defendiam a higienização da cidade manifestavam, ao nível da sensibilidade, uma forte obsessão em proteger a moralidade das jovens e em restringir a circulação das mulheres pelas ruas e praças (Rago, 1991, p. 165).

Um artigo publicado pelo “Correio Paulistano”, em 8/12/1905, intitulado “Pela Moralidade”, mostra uma queixa feita por uma comunidade a um chefe de polícia local contra a casa de prostituição que se encontrava no bairro. “Allegado que a vizinhança se acha privada até de chegar às janellas, taes são os actos de imoralidade que ali se praticam” (Correio Paulistano, 1905, p. 03). Mais adiante o artigo aponta a má influência que o local tem para as moradoras do bairro, principalmente às jovens.



O “Correio Paulistano” nasceu em 1854 com viés liberal, posteriormente, atrelou-se ao Partido Conservador, e após a criação do Partido Republicano Paulista passou a ser seu órgão oficial, em 1890. O jornal transformou-se em uma forte influência da opinião pública dos paulistas. Até o ano de 1930, seus artigos tinham como primeira mão os interesses da elite paulista, as demandas de outros grupos sociais como operários e mulheres ficavam em segundo plano.

O caráter conservador do jornal se evidencia mediante a sua abordagem áspera e apática ao mencionar as zonas e estabelecimentos de prostituição, bem como pela representação da visão burguesa como um padrão de conduta a ser imposto às demais estratificações sociais. Conforme se verifica nas décadas de 1950, 60 e 70 nas publicações do "O Estado de São Paulo" "Correio Paulistano", em particular na edição 15.201 do "O Estado de São Paulo" e edição nº 29.790 do "Correio Paulistano" o discurso contrário à prostituição, em prol da preservação da moral individual e da integridade da família tradicional, continua como um tema destacado na imprensa, considerado um flagelo a ser enfrentado pelas instâncias governamentais.

O periódico "Correio Republicano" edição nº 29.790 veicula um evento de relevância, destacando-se a notícia intitulada “Alvitrada pela CASMU a desapropriação de uma grande área no Bom Retiro par construção de um Centro Social Municipal”, que atua como uma medida de reestruturação urbana, envolve a transformação de uma área anteriormente associada às atividades de prostituição em um Centro Social Municipal:

No ofício, argumenta o presidente da CASMU que a existência daquele local significa, praticamente, uma regulamentação da prostituição em nosso Estado, circunstância que não é de conveniência para a realização da obra de recuperação da prostituição. Por outro lado, alvitra que, tendo em vista que a zona de meretrício possui residência inadequadas para realização para habitação morais e prejuízos ao bairro será mais propício a demolição de todos os imóveis, edificando-se lá um centro Social Municipal [...] propondo a desapropriação da zona do meretrício, para lá ser instalado um Centro Social Municipal, destinado a servir os bairros, operários da Luz, do Bom retino e adjacências (Correio Paulistano, p.16,1953).

O debate relativo ao padrão comportamental intencional para as mulheres, em contraposição à questão da venda sexual, emerge também no jornal “Estado de São



Paulo”, datado de 1972, através da publicação do artigo intitulado "Trottoir não é infração penal”:

Várias jovens foram detidas pela autoridade policial numa tentativa, talvez vã, de vê-las deixar o comércio carnal que atenta contra a dignidade da pessoa humana [...] São consideradas meretrizes e acusadas de promoverem escândalo de maneira atentatória ao poder público. Todavia, não foram autuadas, mas simplesmente constrangidas a assinarem um termo de tomar ocupação (O Estado de São Paulo, p.29, 1972).

Referências preocupantes a tumultos em torno de bordeis, desacato às autoridades, conflitos entre os clientes, homicídios de profissionais do sexo, impactos adversos na saúde pública, estudos médicos e incidentes envolvendo agentes de segurança foram responsáveis pelo reforço de estereótipos pejorativos em relação as garotas de programa, se enraizaram profundamente na sociedade:

[...] definiu-se a prostituta como “mulher anormal”, “delinquente nata”, proveniente das classes pobres e deslumbrada com as atrações do mundo moderno. Sua debilidade psíquica, associada a uma constituição orgânica deficitária, explicaria em primeiro plano a existência da prática da comercialização sexual do corpo (Rago, 1991, p. 215).

Apesar da reputação dos meretrícios, os ambientes não deixam de ser frequentados, pelo contrário, no fim década de 1960 e começo de 1970, novidades são incrementadas na venda do sexo através da Revolução Sexual. No Brasil, grandes editoras de revistas trazem à luz o gênero da sexualidade:

O pelo à sensualidade e ao erotismo, evidenciado em publicidades, ensaios fotográficos de moda, testes comportamentais, artigos elucidativos sobre alguma perversão sexual, dicionários sobre sexo e cartas de leitores e leitoras ávidas por conhecer mais sobre mitos sexuais, doenças venéreas, carícias e prazeres, eram assuntos recorrentes (Brandão, 2016, p 120).

De acordo com Renata Brandão (2016), observa-se uma mudança no conteúdo das revistas femininas, que passam a abordar questões relacionadas à individualidade e à independência das mulheres. No entanto, é importante destacar que durante esse período, o mercado editorial estava predominantemente focado em publicações voltadas para o público masculino, exemplificadas pelas revistas "Ele e Ela" (1973) e "Homem: a revista do playboy" (1978), as quais caracterizavam-se por apresentar ensaios de teor pornográfico destacando mulheres nuas como objeto de exibição.



A presença de ensaios pornográficos nessas revistas não apenas objetivava atender às fantasias masculinas, mas também contribuía para a objetificação das mulheres, reforçando uma visão estereotipada e reducionista da sexualidade feminina (Brandão, 2016). Nesse cenário, observa-se um duplo padrão de avaliação em relação à expressão da sexualidade, caracterizado pela crítica ou punição direcionada às mulheres por sua manifestação sexual, contrastando com a tendência de recomposição ou justificação de comportamentos semelhantes observados em homens.

Além de, como aponta o estudo intitulado "A Juventude Diante do Sexo," conduzido pela revista Realidade no ano de 1966, na edição 5A, identifica-se uma lacuna significativa na educação sexual e no conhecimento geral acerca do funcionamento biológico dos órgãos reprodutivos. Conforme a pesquisa da revista Realidade (1966), uma parcela considerável dos jovens do Rio de Janeiro e de São Paulo demonstra desconhecimento quanto aos processos biológicos envolvidos na reprodução, incluindo a compreensão da ereção masculina e a maturação dos óvulos femininos.

Nesse contexto, as casas de prostituição e as novas zonas de meretrício emergem como locais de destaque nas atividades noturnas masculinas. A preferência por esses espaços surge como uma das respostas à crescente oferta de conteúdo erótico e pornográfico nas revistas masculinas da época.

A Zona de Meretrício Bauruense

As zonas de meretrício eram tipicamente identificadas em áreas específicas das cidades, frequentemente em bairros marginalizados, portuários, industriais ou em áreas afastadas do centro urbano. A intenção por trás dessa delimitação geográfica era concentrar a prostituição em uma região designada a fim de reduzir sua visibilidade em outras partes da cidade e minimizar potenciais conflitos com moradores locais (Guimarães, 2007).

Em muitos casos, as atividades de prostituição nas zonas de meretrício eram regulamentadas por leis locais ou ordenanças municipais, que poderiam abranger



aspectos como licenciamento, controle de doenças sexualmente transmissíveis e requisitos de segurança para os estabelecimentos envolvidos (Neuber, 1994). Como parte das regulamentações, as trabalhadoras do sexo nas zonas de meretrício eram submetidas a exames médicos regulares para controle de doenças, como a sífilis, com o objetivo de proteger a saúde tanto das que trabalhadoras quanto dos clientes.

A presença policial era comum nas zonas de meretrício para manter a ordem pública e garantir a segurança das trabalhadoras do sexo. No entanto, em alguns casos, essa presença policial podia levar a abusos ou exploração, visto que não evitava a ilicitude no local. O jornal o “O Estado de São Paulo” (1972) reforça a ideia ao mencionar na edição 15.201 do dia 07 de maio, que:

A tolerância ou permissão da autoridade policial não exclui a ilicitude e a antijuridicidade do fato definido como crime no artigo 229 do Código Penal. Embora alguns acórdãos do Supremo Tribunal Federal admitam a procedência de tal entendimento, é de se afastar de maneira peremptória essa tese. O licenciamento não exclui a criminalidade, no caso é óbvio, e os que afirmam o contrário são em geral intérpretes que versam o tema como se fosse jurídico-privado não jurídico-penal (O Estado de São Paulo, p. 27, 1972).

Além das prostitutas, Neuber (1994) aponta que as zonas de meretrício abrigavam uma variedade de estabelecimentos comerciais relacionados à prostituição, como bares, casas de encontro, bordéis e hotéis que atendiam especificamente aos clientes em busca de serviços sexuais. No geral, essa organização das zonas de meretrício era utilizada como padrão, em diferentes estados e cidades se via o sexo como intermédio de outros meios de comércio. No município de Bauru, também havia à zona de meretrício, a qual gerava lucros envoltos da comercialização do sexo.

De modo geral, essa configuração das áreas de prostituição foi adotada como uma prática padrão, sendo adotada nos estados e municípios em que a atividade sexual foi percebida como um exercício para outras formas de comércio. No contexto específico da cidade de Bauru, essa configuração da zona de meretrício não encontrou resistência.

Na cidade de Bauru, na década de 1940, especificamente na antiga Rua Costa Ribeiro, atualmente conhecida como Rua Presidente Kennedy, quatro quarteirões eram destinados a atividades noturnas de natureza sexual, abrangendo casas de prostituição,



bares, restaurantes e cabarés. Na época, registros estatísticos apontam para presença de aproximadamente 400 prostitutas, diversificadas por uma variação de nível cultural e de aparência física (Neuber, 1994).

Os cabarés dessa localidade apresentavam espetáculos que contavam com a participação de diversos artistas famosos. Em sua maioria, os homens iniciavam suas experiências sexuais com as prostitutas, que ao perceberem que esses indivíduos eram inexperientes, adotavam um comportamento ajustado às situações, atendendo às necessidades específicas desse público. O advogado criminalista Tibúrcio de Mattos apresenta em uma entrevista publicada em 4 de abril de 1993 no “Jornal da Cidade” sua perspectiva sobre a época.

Assim, apresenta as informações pessoais e relatos do ano de 1965, quando a população local começa a exigir ação imediata das autoridades para realocar a zona de prostituição, que se encontrava no centro da cidade para a periferia. Tibúrcio, em resposta ao pedido do então Juiz de Direito Antonio de Macedo Campos, comprometeu-se juntamente com ele para resolver essa questão. Ambos iniciaram uma busca por um local de proteção para a transferência da zona de prostituição (Jornal da Cidade *apud* Neuber 1994).

Após várias pesquisas, um terreno afastado do centro da cidade, atualmente conhecido como Jardim das Orquídeas, foi selecionado para a instalação da nova zona a fim de evitar transtornos à população. A região foi apelidada pelas prostitutas da Rua Costa Ribeiro como “formigueiro” devido à ausência de desenvolvimento urbano, à presença de vias não pavimentadas e ao processo de saneamento (Mello, 2015).

Um ano após a compra do terreno, em 1966, a zona de prostituição começa a ser utilizada. A mudança da locação causou alvoroço no centro da cidade, a prefeitura ofertou caminhões para realizar as mudanças e a vizinhança comemorou a partida das garotas da Rua Costa Ribeiro:

Até que enfim, fizeram justiça! As nossas ruas agora vão ficar dignas das crianças! O formigueiro é o lugar certo para vocês! Sejam felizes longe de nós! Acabou a pouca vergonha! Assim que a última prostituta sair, vamos chamar o caminhão pipa e os funcionários da limpeza da prefeitura para lavar a rua,



esguichar água nas calçadas, desinfetar as sarjetas, as portas e as janelas das casas contaminadas com o mal do sexo! Tem que jogar soda para matar os micróbios das doenças venéreas! Só pondo fogo nos ninhos das pecadoras para purificar esse lugar! Agora a rua Costa Ribeiro tem que desaparecer do mapa de Bauru. Tem que mudar de nome! (Mello, 2015, p.257-258).

Havia um forte desejo em erradicar as práticas consideradas indesejáveis. A proposta de renomear a Rua Costa Ribeiro e excluir o mapa de Bauru evidencia a busca por uma ruptura simbólica e territorial com o passado. Entretanto, com a construção da zona meretrício, a qual se destinava unicamente a comercialização do sexo determinados estabelecimentos ganharam (rever escrita) uma reputação regional devido à presença de prostitutas com um grau superior de educação e seleção criteriosa.

Notáveis dentre esses estabelecimentos foram “Lolila”, “Baianinha” e “Jurema”, cujas mulheres eram submetidas a exames ginecológicos, uma vez que todas foram devidamente registradas no órgão competente. As prostitutas mantinham uma apresentação cuidadosa, dedicando-se ao zelo da sua aparência, aplicando maquiagem e geralmente demonstrando comportamento refinado (Mello, 2015).

Na década de 1970, as casas de prostituição de maior relevância e público eram a “Casa da Eny”, “Verão Vermelho”, “Tania Drinks”, “Casa da Toni”, “Primavera”, “Mansão da Sara” e “Boite Rivo”. Mello (2015), discute a crescente popularidade da cidade de Bauru em função da atividade de prostituição, notadamente a partir do momento em que a “Casa da Eny” começa a acolher uma clientela de destaque, como nomes famosos na política da época.

Nesse período, o fluxo de frequentadores na zona de meretrício oscilava entre 1.000 e 1.500 indivíduos nos fins de semana, representados por diversas classes econômicas (Neuber, 1994). Na “Casa da Eny” entre os frequentadores estavam médicos, advogados, políticos, comerciantes, fazendeiros e trabalhadores, incluindo numerosos funcionários da NOB (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) . Estes últimos costumam angariar fundos ao longo de meses para “farrear” com as meninas da Eny (Mello, 2015).

De acordo com os depoimentos transmitidos por Eny Cezarino a Luis Mello e documentados no livro “Eny o Grande Bordel Brasileiro” em 2015, observa-se que a clientela majoritária não consistia em jovens solteiros, mas em sua maioria, em homens



comprometidos, casados e com filhos, caracterizados como “pais de família”. Estes buscavam a zona de meretrício como um meio de escapar das demandas da vida tradicional, do ambiente de trabalho e dos compromissos associados ao âmbito familiar.

Na obra de Luis Mello (2015), é delineada uma situação em que um grupo de sócios de uma usina de álcool e açúcar da região contratou algumas meninas da Eny para um fim de semana em uma propriedade privada, um rancho às margens do Rio Tietê. Nesse cenário, “Casados, chefes de família, aqueles senhores tinham as águas do rio como uma cortina espessa que separava a vida que levavam na cidade das fantasias sexuais” (p. 261).

No entanto, identifica-se um contraponto de perspectiva além dos limites dos bordéis, afastado do entretenimento adulto e das relações com os profissionais do sexo, delineando uma transformação na concepção da zona de meretrício. A percepção masculina, que associava a área a sentimentos de afeição e diversão, transformou-se ao sair da zona, em um espaço permeado por conotações de pecaminosidade e imoralidade na região bauruense.

A Zona de Meretrício na Perspectiva Local

Uma parcela da perspectiva social sobre a zona de meretrício em Bauru pode ser averiguada por meio da análise dos jornais, os quais veiculam valores e ideias moldadas pelas ideologias de seus editores. No contexto da cidade de Bauru, durante as décadas de 1960 e 1970, um periódico de destaque foi o Jornal da Cidade. Apesar de sua breve existência, iniciada em 1967, o jornal já manifestava uma orientação às ideias conservadoras. Embora tenha se autodenominado como um veículo “totalmente engajado nas causas da comunidade e na defesa do desenvolvimento bauruense e regional, integrados e vocacionados” (Jornal da Cidade, 2017, p. 3), em 2023, ainda mantém posição mais conservadora.

Um exemplo notável é o artigo de José Ricardo Siqueiro da Silva, publicado na Tribuna do Leitor do jornal em 12 de julho de 2006. Siqueiro expressou uma posição



política em relação ao tombamento da Casa da Eny no mesmo ano, argumentando que os bauruenses não deveriam ser lembrados pela imoralidade associada ao Bar's da Eny “Se a preservação de um local desses para a memória da cidade é importante, será imperioso repensarmos muito os valores que regem a moral e os bons costumes” (Silva, 2006, p. 2).

Ao salientar que a preservação de tal local seria vexatória para é evidenciado a existência de preconceitos sociais influenciados por uma ética dos “bons costumes”, presente tanto na comunidade local de Bauru quanto na sociedade brasileira em geral. Silva (2006) insere-se no contexto mais amplo da postura conservadora do jornal, que continua a influenciar a narrativa pública e as percepções da comunidade. Este episódio ressalta a interconexão entre a imprensa local e a construção de identidade cultural, fornecendo uma visão crítica sobre a preservação histórica e os conflitos de valores na comunidade bauruense.

Atualmente, o Jornal da Cidade ostenta uma circulação diária em 46 municípios da região, angariando uma audiência de mais de 100 mil leitores por edição. Além disso, sua presença digital no portal JCNET atrai uma audiência global, contabilizando mais de 700 mil internautas, resultando em uma média mensal que ultrapassa 6 milhões de visualizações. Estes indicadores robustos ressaltam a significativa relevância e amplitude do jornal, consolidando-o como uma fonte informativa de influência e acessibilidade para diversas comunidades (Jornal da Cidade, 2017, p.04).

Ademais, o Jornal da Cidade integra o Grupo Cidade, responsável pela gestão não apenas do jornal, mas também da 96 FM, da Fullgraphics, de sites e da Sucursal São Paulo. Esses veículos de comunicação reforçam a presença do Jornal da Cidade no panorama midiático e sua integração em um conglomerado de mídia (Jornal da Cidade, 2017, p. 04). Assim, o jornal permeia a rotina dos bauruenses e região propagando informações e suas concepções.

Semelhante à perspectiva de Silva (2006), que em relação à Casa da Eny sustenta que “O ideal seria esquecermos que aquilo existiu, pois a cidade não merece ser conhecida por tal despropósito” (p. 3), a sociedade bauruense nas décadas de 1960 e 1970 compartilhava da crença de que o cenário ideal seria distante à presença da prostituição.



Esta convicção é corroborada por um relato factual referente a alteração de denominação da Rua Costa Ribeiro para Rua Presidente Kennedy, em 1964, conforme documentado por de Lucius Mello (2015):

Outra dona de casa levantou o filho de seis anos nos braços e disse que estava feliz porque agora poderia levar o menino à feira da rua Gustavo Maciel sem precisar tapar os olhos dele no cruzamento da antiga rua Costa Ribeiro (p. 265).

A Casa da Eny assumiu uma relevância singular, deixando uma marca na história da cidade. Como o maior bordel do Brasil em sua época, a Casa de Eny desempenhou um papel significativo não apenas como ponto comercial, mas também como um fenômeno de repercussão social. O estabelecimento, foi alvo de intensas críticas por parte da população local, que expressava um sentimento de vergonha associado a Casa da Eny como um famoso ponto de prostituição em níveis regionais e nacionais.

O desprezo da comunidade urbana de Bauru na década de 1960 pelas “mulheres da vida”, ainda pode ser observado no contexto da troca de nomenclatura da Rua Costa Ribeiro visto que:

Na hora da cerimônia, ela agitou o objeto no ar como se quisesse espalhar para a cidade inteira a felicidade que sentia em saber que dessa vez era definitivo: as prostitutas não voltariam mais. Agora essa rua vai ser digna das famílias bauruenses! (Mello, 2015, p. 2640).

O gesto de agitar o objeto durante a cerimônia, revelou não apenas a alegria pessoal, mas refletiu os valores morais e sociais predominantes na comunidade de Bauru da época. A crença de que as mulheres envolvidas na prostituição eram desprovidas de valor, contrariando os preceitos de boa esposa, mãe e zeladora do lar, estava intrinsecamente ligada à desaprovação generalizada das atividades da Casa da Eny.

Um testemunho fornecido pelo ex-policial Luís Carlos Pasquarelo ao Jornal da Cidade, em 2006, destaca a dualidade de perspectivas existente no contexto dos anos 1968-69. Tal dualidade manifestava-se na visão masculina que considerava as profissionais do sexo adequadas apenas para serviços sexuais, ao passo que a ideia de casamento com tais mulheres era socialmente inaceitável. Ademias, a decisão de um cliente em contrair matrimônio com uma profissional do sexo resultava em escândalos, desintegração de lares e desafios relacionados à percepção moral dessas mulheres:



Como se pode observar, conclui-se que a Eni, era uma pessoa inteligente, e procurava sempre cumprir a lei. No entanto, também deve-se lembrar, que muitos casamentos foram desfeitos, muitos “filhinhos de papai” deixavam de ir na escola (mesmo de dia) para frequentarem aquela casa. Reservo-me o direito de contar apenas um desses casos: a esposa, ficou sabendo que seu marido tinha “um caso” com uma “menina” da Eni. Procurou tirar seu esposo daquela vida, e não conseguiu. Vendo-se fracassada e agindo com instinto de vingança, começou a frequentar também o local, até que deparou-se frente a frente com o marido. Disse-lhe: “Lá em casa, você tinha de graça, agora aqui você paga!...” A família foi desfeita, e os filhos é que sofreram as consequências. Houve muitos casos de homens que largaram suas namoradas ou noivas para “se juntarem” com as frequentadoras daquela casa. Quando inquirida sobre esse aspecto, ela sempre falava: “Eu não vou buscar ninguém em casa. Apenas ofereço alegria, diversão... e mulheres!” (Pasquarelo, 2006, p. 02).

As situações apresentadas ilustram a dualidade de perspectivas e ressaltam as complexidades individuais presentes nos comercios do sexo. Um exemplo concreto dessa dinâmica é apresentado no relato Pasquarelo (2006) de Eny, que a aponta como uma pessoa inteligente que buscava, de maneira diligente, cumprir as normas legais. Em contradição, a narrativa revela que, apesar de sua inteligência e respeito pela lei muitos casamentos foram desfeitos devido as relações com profissionais do sexo. O relato de uma esposa que tentou resgatar seu marido dessa vida, sem sucesso, destaca as consequências impactantes dessas escolhas, como a desestruturação familiar e os desafios enfrentados pelos filhos.

O episódio narrado aponta complexidade de relações e dilemas éticos envolvendo as profissionais do sexo na sociedade bauruense da época. A interseção entre escolhas individuais, expectativas sociais e as consequências para as famílias envolvidas torna-se um ponto de reflexão sobre as complexidades morais e sociais associadas a esse fenômeno. Ademais, o relato apresenta a influência que as dinâmicas em bordéis acarretam a estruturação e desconstrução de laços familiares.

A influência dos bordéis nas casas de famílias não se dava pela exagerada exposição da casa dos prazeres. Ao contrário, conforme relatado na notícia “Morre Eny. É com ela vão os segredos”, veiculada no Jornal da Cidade em 25 de agosto de 1987, após a morte da renomada cafetina, revelou-se que nos bordéis havia muita discrição e não costumava revelar as identidades dos clientes, suas preferências e os acontecimentos



gerais no estabelecimento. Em relação a descrição de Eny Cezarino o Jornal da Cidade comenta:

A “Casa da Eny”, como foi chamada até 1983 [...] era frequentada por gente de projeção nas melhores camadas do País e do Exterior, graças ao que, ganhou manchetes na grande imprensa nacional. Seus nomes, ela, como sempre assegurava, levou para o túmulo, pois afirmava: “O que acontecia em minha casa, morria por lá. Meu segredo de trabalho era discrição” (Jornal da Cidade, 1987, p.09).

Conforme apresenta Machado (2017), observa-se um interesse do público masculino em relações conjugais que transcendam a convencional expectativa de papéis restritos às funções tradicionais de esposas dedicadas ao lar e à maternidade. Nesse contexto, a busca por parcerias conjugais abrange não apenas a necessidade de desempenho de tarefas domésticas, mas também a aspiração por companheirismo, uma dimensão romântica e sexual.

Além do aspecto de discrição, a manchete “Morre Eny. É com ela vão os segredos” de 1987, apresenta a índole benevolente da cafetina ao fazer menção a sua contribuição para a comunidade ao mencionar o auxílio que a senhora deu a muitas pessoas em Bauru por vários anos. A faceta caridosa de Eny também é recordada na divulgação de sua Missa de 30º dia. Nesse contexto, a Diretoria e os atletas do “Parquinho Futebol Clube” convidam a comunidade para participar da cerimônia, uma vez que Eny desempenhava o papel de madrinha da instituição:

A Diretoria e Atletas do parquinho Futebol Clube convidam seus associados, torcedores e simpatizantes à assistirem à missa de 30º. Dia pela alma de sua inesquecível MADRINHA senhora e EMY CEZARINO, que fará celebrar dia 24.09.87 (Quinta-feira), às 19h30 na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças (Casa do Garoto).
Por mais esse ato de fé e solidariedade agradecem (Jornal da Cidade, 1987, p. 22).

Apesar das ações benevolentes realizadas pela cafetina em prol dos menos afortunados na cidade, os estigmas negativos associados à sua profissão exerciam uma grande influência na perspectiva social de sua pessoa. Assim, o sepultamento de Eny registrou uma presença reduzida, conforme documentado na edição datada de 25 de agosto de 1987 do Jornal da Cidade:



Emy (seu verdadeiro nome) foi sepultada na tarde de ontem com a presença de familiares e poucos amigos, pois deixaram de comparecer até mesmo as dezenas de pessoas que foram contempladas, durante muitos anos, pelo espírito de caridade, uma das facetas de sua personalidade (Jornal da Cidade, 1987, p.09).

O reduzido comparecimento ao sepultamento de Eny, conforme documentado na edição datada de 25 de agosto de 1987 do Jornal da Cidade, apresenta como a estigmatização ligada à sua atividade profissional prevaleceu sobre as notáveis contribuições para a criação e formação de centenas de crianças e indivíduos necessitados na cidade de Bauru. Este fato revela a persistência de preconceitos arraigados que sugam o reconhecimento merecido a suas ações altruístas, ressaltando as barreiras enfrentadas pelas profissionais do sexo que buscam transcender as limitações impostas por estigmas sociais.

A percepção do impacto desses estigmas na realidade das garotas de programa, reforça o ciclo de preconceito causado pela influência da moral e dos “bons costumes” de uma cultura, os quais frequentemente prevalecem sobre as escolhas individuais. Esse fenômeno causa a marginalização de indivíduo, e manifesta-se na tentativa deliberada de relegar ao esquecimento aqueles que ousam desafiar as normas estabelecidas (Machado, 2017).

Tal realidade, ressalta a urgência de questionar e reexaminar as estruturas sociais que perpetuam esses estigmas, promovendo uma perspectiva mais inclusiva e reconhecendo a riqueza das contribuições de pessoas que, apesar da estigmatização, buscam trilhar caminhos significativos e transformadores.

Considerações Finais

O artigo apresenta interconexões entre a imprensa local, as dinâmicas sociais e a moralidade que envolve as prostitutas na cidade de Bauru das décadas de 1960 e 1970. O estudo do Jornal da Cidade revela uma influência persistente de uma postura conservadora no citado período que prevalece até os dias atuais, bem como evidência



como essa perspectiva molda percepção pública em relação à prostituição e, em particular, à reputação da Casa da Eny.

Deste modo, as profissionais do sexo, tanto da zona de meretrício como da Casa da Eny, sofreram com estigmas históricos, ligados à marginalização, criminalização e desumanização de seu trabalho e evidenciam as barreiras sociais encontradas por mulheres que desafiam a perspectiva da moral vigente. A persistência desses estigmas resulta em violências (psicológicas, de gênero, econômica, física, entre outras), e preconceitos, gerando entre as muitas consequências a exclusão social e a estereotipização das profissionais do sexo como mulheres de reputação questionável.

Uma representação desse cenário se dá pelo artigo do Jornal da Cidade, elaborado por José Ricardo Siqueiro da Silva no ano de 2006, que advoga contra o tombamento da Casa da Eny, o qual destaca a resistência arraigada em frente à preservação histórica associada a locais marcados pela prostituição. Essa resistência aponta preconceitos sociais moldados por uma moral dos “bons costumes” que permeia tanto na população bauruense, como na brasileira.

O relato do ex-policial Luís Carlos Pasquarelo (2006), assim como o testemunho documentado por de Lucius Mello (2015), apresentam uma vertente das repercussões negativas das relações entre famílias tradicionais e a prostituição, a qual a imagem da profissional do sexo frequentemente se torna alvo de críticas. Ela é muitas vezes culpabilizada por supostamente desrespeitar indivíduos considerados “decentes” e por perturbar a harmonia familiar, apesar de estar apenas desempenhando seu trabalho.

A visão negativa em relação às profissionais do sexo manifestada na sociedade bauruense da época ressalta o impacto que a moral possui sobre o comportamento e mentalidade de uma comunidade. Dessa forma, a moralidade do Município, pautada na concepção ocidental cristã, gera a separação de atividades e indivíduos moralmente aceitáveis ou condenáveis, estabelecendo uma distinção entre trabalhos considerados adequados e inadequados. As ocupações tidas como inadequadas, como é o caso do comércio sexual, são escandalizadas e tidas como mal exemplo para os mais jovens da comunidade.



Em contrapartida ao exposto, a coexistência dessas atividades é tida como necessária para manter a ordem na esfera adequada das comunidades, proporcionando, assim, um ambiente em que os indivíduos considerados virtuosos não sintam a necessidade em cometer práticas moralmente questionáveis. Como a situação de certo grupo feminino não realizar práticas sexuais socialmente inadequadas à época, permitindo que os homens comprem prazeres sexuais com mulheres estigmatizadas, como as prostitutas.

A persistência da dualidade e estigmas negativos sobre a figura da prostituta reforça a necessidade de questionar e reexaminar as estruturas sociais que perpetuam preconceitos. A promoção de uma perspectiva mais inclusiva e o reconhecimento das contribuições significativas de indivíduos estigmatizados emergem como imperativos para a construção de uma sociedade mais justa e compassiva.

DOCUMENTOS

AGUIAR, F. C. Eny também votava. **Jornal da Cidade**, Bauru, 23 dez. 2005. Disponível em: <https://sampi.net.br/bauru/noticias/2558442/politicando/2005/12/eny-tambem-votava>. Acesso em: 14 set. 2023.

Missa de 30º dia de falecimento de Eny, **Jornal da Cidade**, Bauru. 24 set. 1987.

Morre Eny. É com ela vão os segredos, **Jornal da Cidade**, Bauru. 25 ago. 1987.

PASQUARELO, C. L. Tombar a casa da Eny?... Devem, mesmo! **Jornal da Cidade**, Bauru. 27 jul. 2006. Disponível em: https://sampi.net.br/bauru/noticias/2544004/tribuna_do_leitor/2006/07/tombar-a-casa-da-eny-----devem--mesmo. Acesso em. 15 set. 2023.

SILVA, S. R. J. Casa da Eny. **Jornal da Cidade**, Bauru. 12 jun. 2006. Disponível em: https://sampi.net.br/bauru/noticias/2546853/tribuna_do_leitor/2006/06/casa-da-eny. Acesso em: 25 set. 2023.

REFERÊNCIAS



Aos 50 anos JC comemora história com foco no presente e futuro do jornalismo. **Jornal da cidade**, Bauru, 01 ago. 2017. Disponível em:

<https://sampi.net.br/bauru/noticias/2214500/geral/2017/08/aos-50-anos--jc-comemora-historia-com-foco-no-presente-e-futuro-do-jornalismo>. Acesso em 30 out. 2023.

BRANDÃO, R. R. Revolução sexual e sexualidades "excêntricas": análises das práticas discursivas sobre "identidades sexuais" em revistas brasileiras (1969-1979). **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 118-144, set. 2016.

CORREIO, P. Alvitrada pela CASMU a desapropriação de uma grande área no Bom Retiro para construção de um Centro Social Municipal. **Correio Paulistano**.1953.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_10&pasta=ano%20195&pesq=prostituta&pagfis=16045. Acesso em: 02 ago. 2023.

CORREIO. P. Entre quatro paredes. **Correio Paulistano**, São Paulo, 26 de janeiro. 1950. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_10&pasta=ano%20195&pesq=prostituta&pagfis=322. Acesso em: 13 de abr. 2023.

CORREIO. P. Pela Moralidade. **Correio Paulistano**, São Paulo, 8 de dezembro. p. 3. 1905. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20190&pesq=prostitui%C3%A7%C3%A3o&pagfis=7749. Acesso em: 17 de abr. 2023

CRISTIANINI, A. **Atlas semântico lexical da região do grande ABC**. 2007. 635 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ELE ELA, janeiro de 1973, Rio de Janeiro: Bloch Editores. 1973.

ESTADO, S.P. Trorroir não é infração penal. **O Estado de São Paulo**. 1972.

Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720514-29790-nac-0048-999-48-not>. Acesso em: 15 set. 2023.

ESTADO, S.P. Investigadores Favorecem a Impunidade de delinquentes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 de outubro de 1972. Disponível em: Acesso em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20190&pesq=prostitui%C3%A7%C3%A3o&pagfis=7749. Acesso em: 18 de abr. 2023.

GUIMARÃES, M. R. **Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas**. Dissertação (Psicologia) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2007.



Homem a revista Playboy. São Paulo: **Ideia Editorial/Editora Três**. Ano 1, n. 12, abril 1978.

LAGENEST, B. P. J. **Mulheres em Leilão: Um estudo da Prostituição no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Vozes LTDA, 1973.

MACHADO, P.J. **Proposta de regulamentação da prostituição no Brasil: desmarginalização de uma profissão ou institucionalização da cafetinagem?** Trabalho de Conclusão do Curso (Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MELLO, L. **Eny e o grande bordel brasileiro**. São Paulo: Planeta, 2015.
MULHERIO. Concorrência desleal prejudica empreendimento.

NEUBER. B. L. M. A Prostituição de Ontem e Hoje. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 5, n. 2 1994.

OLIVEIRA, L. E; REZENDE, J; GONÇALVES, P. J. História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. **Revista Ártemis**, v. XXVI, nº 1 jul-dez, 2018.

PAZZANI. P. D. A prostituição de mulheres em casas noturnas do Interior de São Paulo. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2013.

Projeto de lei nº 4.211, de 2012. Regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=32BFF66F055813F2879DA1BD87681B56.node2?codteor=1019532&filename=Avulso+-PL+4211/2012. Acesso em 10 de maio. 2023.

RAGO, M. L. **Os prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REALIDADE. A Juventude Diante do Sexo. **Realidade**, 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213659&pasta=ano%20196&pesq=prostitu%C3%A7%C3%A3o&pagfis=602>. Acesso em: 18 jul. 2023.

REBONATTO, S. *et al.* Moralidade e sentido do trabalho para profissionais do sexo. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 23, n. 61, p. 134–148, 2021.

SANCHES, D. R; RAZKY, A. Variação Lexial para o item "prostituta". **Revista do GELNE**, n.1.2. v.17.p. 77-91. 2015.



TELES, M. A. A. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THALASSA, A. **Correio Paulistano: O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna**. 2007. Tese (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007

VERSON, M. A., PREDRO, M. J. Tráfico de pessoas: uma história do conceito.

Revista Brasileira de História, v. 33, n. 65, p.61-83, 2013.

Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/MgZq9J5tCzs7ZXkDy5H68Wm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.